



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

10 DE NOVEMBRO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RECIFE-PE

DISCURSO NA CERIMÔNIA DE ABER-
TURA DO SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO
DO NORDESTE

Meus Senhores:

É com grande satisfação que venho a este Simpósio que congrega representantes do Governo e expressiva presença empresarial de todo o Brasil.

O tema central de vossas deliberações justifica o interesse e a participação de um tão destacado grupo de personalidades nacionais.

A prioridade que o assunto tem para meu Governo explica minha presença.

O desenvolvimento do Nordeste e a progressiva articulação de sua economia com os outros pólos nacionais de desenvolvimento é prioridade nacional. Responde aos objetivos de integração nacional, de melhor equilíbrio espacial do processo brasileiro de desenvolvimento, de redução das disparidades econômicas e de qualidade de vida entre as regiões do País.

Há pouco tempo, na Assembléia Geral das Nações Unidas, falei daquelas coisas que mais preocupa os res-

ponsáveis pela sorte dos homens e do Mundo. Falei dos perigos que ameaçam a sobrevivência da Humanidade, e da destruição da vida sobre a terra. Externei a mais profunda apreensão diante da política que pretende defender a paz mediante o equilíbrio do terror. Lembrei que a sociedade internacional só sairá do impasse em que se encontra por meio de novos métodos e novas perspectivas mentais, mais realistas, mais humanas, mais fraternas. Mostrei que as soluções puramente individualistas, na ordem internacional, constituem um crime contra a espécie humana, a qual exige a igualdade de direitos entre as nações, o seu igual acesso aos bens da vida, a sua igual possibilidade de progresso econômico, social, cultural e político. Preguei a cooperação entre fortes e fracos. Defendi o direito de todos os povos à paz, à tranquilidade, ao bem-estar, à democracia na ordem interna, e à democracia, também, na ordem internacional. Democracia não só formal, mas verdadeira, em que prevaleça a vontade geral, em que os interesses comuns sejam atendidos, em que a justiça, em vez de mero termo retórico, seja instrumento efetivo de felicidade entre os homens e as nações.

A apologia do sistema democrático, no plano doméstico e no plano externo, é a apologia da razão como potência espiritual a que incumbe moldar, soberanamente, as relações privadas e públicas. A democracia promove, segundo mestres do pensamento, o governo da razão, mediante o governo do povo. No Direito das Gentes, a democracia é, também, o governo da razão, mediante o governo de nações livres, iguais e soberanas. No plano interno, incumbe ao povo agir racionalmente; no plano externo, compete às nações proceder, também elas, de modo racional.

A idéia democrática não produz, porém, instituições sempre iguais. Sucede, com demasiada freqüência, que a democracia produz instituições não só diferentes entre si, mas até contrárias à razão. A limpeza da irracionalidade que se infiltra no sistema democrático só é possível por meio do processo educacional, cujo aperfeiçoamento está, por isso mesmo, na base do regime.

A idade nuclear, que subverte idéias e valores, a que nos habituáramos, requer enorme esforço especulativo e prático no sentido de adaptar o Mundo e suas instituições às mudanças que fazem estalar velhas estruturas econômicas, morais, sociais e políticas. Em menos de trinta anos, segundo juízos autorizados, o Mundo passou por transformações maiores que nos últimos cinco ou seis séculos.

A nova e perturbadora realidade que o universo humano, científico, tecnológico, social e político apresenta, por obra da grande e impiedosa crise de nosso tempo, faz com que as mentes mais luminosas da época advirtam que é preciso adotar-se nova forma de pensar. Não é possível — acentuam — enfrentar os problemas do mundo novo que aí está com métodos de pensamento ultrapassados. Cumpre sepultar esses antigos e malogrados processos no cemitério das idéias caducas. Cumpre enriquecer de novos princípios, vivos e atuantes, o arsenal dos recursos racionais. Entre esses princípios fundamentais está — como se apregoa — o de que a democracia é cada pessoa, é cada país. A Nação, toda Nação, é responsável, assim, perante a comunidade internacional, pela maneira como vive, pelo modo como pensa e trabalha, pela forma, segundo a qual, trata seus vizinhos. Cada um é responsável por si mesmo e pelo todo. É preciso, em resumo, pensar racionalmente, agir racionalmente, sob a inspiração do interesse comum. A crise mun-

dial pede soluções mundiais. Exige soluções ditadas pela razão e pela fraternidade. Pede idéias nascidas daquelas regiões do pensamento não cobertas pelas sombras que, às vezes, se projetam sobre a razão, quando cuida do puro interesse individual. Demanda providências nascidas da face resplandescente da razão, das zonas em que esta, fiel à sua universalidade, não se deixa ensombrecer por idéias perversas.

Não pretendi levantar recriminações, até porque minha palavra era inspirada num espírito de concórdia e conagração. Falei a linguagem da razão, da boa-fé e da conciliação. Escorado na lógica do razoável, avancei diagnósticos e apontei rumos. Deduzi, perante as Nações Unidas, com a energia que as circunstâncias impunham, mensagem de confiança no desempenho pontual e eficaz de sua alta função. Dei testemunho da disposição que nos anima de ajudar essa grande instituição a bem desempenhar seu transcendente papel. Interpretei, com sinceridade e boa-fé, o sentir das nações mais frágeis e cobre maior compreensão dos problemas universais por parte dos que se têm por grandes e fortes. Procurei demonstrar o óbvio — tarefa que um claro espírito sustenta estar entre as coisas mais difíceis. Discorri, quando não em termos novos, ao menos em termos enérgicos, acordes com a maneira diferente de pensar, que a hora e a situação internacional impõem, sobre a gravidade do momento em que vivemos.

Orgulha-me poder afirmar, pelo aplauso geral que, lá fora, recolhi para meu País, que fui compreendido. Envaidece-me a esperança de que as instâncias que deduzi serão, em medida crescente, bem despachadas, em benefício comum. Quando menos, diz-me a consciência

que levei às Nações Unidas a contribuição que o povo brasileiro desejava oferecer, para a solução dos problemas que hoje atormentam a Humanidade.

Não creio que o crédito que me foi conferido lá fora me seja recusado aqui dentro. Estou certo de que meu povo me dispensará a mesma compreensão, quando digo — como venho fazendo — que estamos a sofrer as conseqüências de formidável crise internacional; quando proclamo que é injusto culpar o Governo pelas dificuldades que nos angustiam; quando asseguro que a elevação do custo-de-vida é fenômeno universal, gerado por fatores que escapam ao nosso controle; quando insisto em que só a má-fé ou a ignorância podem debitar ao Governo a culpa do encarecimento das utilidades e dos serviços.

Espero compreensão plena e espontânea para as agruras do momento. Mas garanto, a par disso, que, com a ajuda de Deus, com o auxílio de nosso povo, essencialmente bom e corajoso, com espírito de sacrifício, com a criatividade e a energia de nossa gente, com os imensos recursos naturais e humanos de que estamos lançando mão, venceremos esta dura batalha.

Juntamente com um pacto de união contra as dificuldades do presente, proponho aos brasileiros um pacto de união no sentido de criar, para nosso povo, o futuro que somos capazes de inventar.

Ninguém poderá, melhor do que vós, identificar as grandes oportunidades de investimento e produção que oferece a economia nordestina. Já disse da importância que o Governo atribui ao vosso papel.

Urge dar continuidade ao processo de industrialização do Nordeste. Esta região vem apresentando boa capacidade de respostas aos incentivos fiscais e financeiros

que estimulam os investimentos industriais, entre os quais cabe destacar o Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR. Estes incentivos serão mantidos e aprimorados, nos próximos anos, ampliando-se sua função de principal motor do processo de desenvolvimento da indústria regional.

A manutenção e o fortalecimento financeiro do FINOR é compromisso de meu Governo, consistentemente com a prioridade conferida ao Nordeste na execução da política nacional de desenvolvimento.

Os efeitos da grave crise por que passa a economia internacional começam a fazer-se sentir no Nordeste, com as dificuldades presentemente enfrentadas pelas indústrias do açúcar e têxtil. É imprescindível que se busquem os meios para atenuar essas dificuldades, particularmente seus reflexos sobre o emprego. Com esse objetivo, estou determinando aos Ministros da área econômica que adotem as medidas necessárias para contrabalançar os efeitos da atual conjuntura econômica nacional e internacional sobre a indústria do Nordeste, configurando tratamento especial, de caráter diferenciado a esta Região.

De outra parte, o Ministério do Interior, através do BNH, que já destina mais de 20% de suas aplicações totais do Nordeste, deverá ampliar seus investimentos na Região, criando novas oportunidades de emprego. Os contratos de financiamento que serão assinados hoje, beneficiando o Estado de Pernambuco, já refletem essa orientação, que deverá ser mantida até o final de meu Governo.

Só unidos poderemos realizar o sonho de fazermos deste País uma grande democracia, apta a realizar as legítimas ambições de nosso povo e a assegurar-lhe seus direitos fundamentais, seu bem-estar e sua prosperidade.

Conclamo todos a adotarem a mesma perspectiva construtiva e otimista, compatível com as grandes potencialidades de nosso País, e a enfrentarmos unidos os percalços momentâneos ao nosso desenvolvimento. Convido todos a examinardes, realista e construtivamente, os problemas desta Região, do seu desenvolvimento econômico e social. Desejo que vossos debates e deliberações sejam profícuos e possam contribuir para o futuro do Nordeste.

Muito obrigado.